

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 01/2025 – CMDCA

<p>Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, foi iniciada a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, na Secretaria Municipal de Assistência Social, sala dos conselhos, situada na Rodovia Gumerindo Boza, 14780, KM 15, Jardim Viviane. Na ocasião se fizeram presentes os representantes governamentais: Jeanine Luzia Ferreira de Paula, Elisângela da Costa Barbosa de Lima, Sonia Maria Gonçalves Kudlawiec, Karina Alves da Silva, Kelly Perusollo da Silva, Mauro Benthien Cavichiollo, Josiane Gomes Garcia Ferreira. E os representantes da Sociedade Civil: Osvaldo Patrzyk, Daniel Havro da Silva, Joziany Silva Fernandes, Amanda Ataele Lovato, Elizabeth G. Hoenig. Além dos demais ouvintes: Vereadora Joselaine Menegusso, Secretária Municipal de Assistência Social Norma Santana da Silva Costa, Luciana Schenn, Conselheira Tutelar Araci Batista F. Martins, Hauana Araújo, Ruana Justino, Patrícia Costa e Rodrigo Orlando Leonardi.</p>	<p>1ª Reunião do CMDCA 11/02/2025</p>
<p>O presidente da gestão 2023-2025 do CMDCA, Daniel Havro da Silva, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.</p>	<p>Abertura da Plenária</p>
<p>Inicialmente foi realizada leitura do Ofício 05/2025 – SAS, com a indicação da servidora Juliane Cristina Fogaça para a função de Secretária Executiva na gestão 2025-2027 do CMDCA. A indicação foi aprovada pelos presentes, sem ressalvas. Na sequência, considerando a presença de novos membros nos conselhos, assim como também a presença de ouvintes na primeira reunião do ano, foi proposto pela Conselheira Amanda que todos se apresentassem.</p>	<p>Item 1 – Indicação Secretária Executiva CMDCA</p>
<p>Seguindo as indicações realizadas pelas Secretarias Municipais, foram indicados cinco conselheiros titulares e cinco suplentes governamentais, com posse para mandato iniciando em 1º de março. Como representantes governamentais foram indicados: Deise Malinoski Andrade como representante titular e Jeanine Luzia Ferreira de Paula como suplente da SAS; Elisângela da Costa Barbosa de Lima como representante titular e Sonia Maria Gonçalves Kudlawiec como suplente da SEMEC; Karina Alves da Silva como representante titular e Kelly Perusollo da Silva como suplente da SEFAZ; Mauro Benthien Cavichiollo como representante titular e Altair dos Santos como suplente da SEPLAN; Josiane Gomes Garcia Ferreira como representante titular e Carmem Eliza Lindbeck como suplente da SESAU.</p>	<p>Item 2 – Composição de Novos Conselheiros Governamentais</p>
<p>Na sequência, passou-se à eleição do presidente do CMDCA para a gestão 2025-2027. De acordo com o dispositivo de alternância entre representação governamental e da sociedade civil para este cargo, conforme a Lei Municipal 761/2012, nesta gestão o presidente deverá ser um conselheiro do segmento governamental. A conselheira Deise já havia se colocado à disposição para assumir o cargo de presidente do CMDCA gestão 2025-2027, foi eleita por unanimidade pela plenária.</p>	<p>Item 3 – Eleição Presidente do CMDCA – Segmento Governamental</p>
<p>Seguidamente, passou-se à eleição do vice-presidente do Conselho para a gestão 2025-2027, o qual deverá ser um representante não governamental. Candidatou-se para o cargo, o conselheiro Daniel Havro da Silva, representando a Associação Solar Ita Wegman, tendo sido o único candidato. Passou-se para deliberação da plenária, que o elegeu por unanimidade.</p>	<p>Item 4 - Eleição Vice-Presidente do CMDCA– Segmento Não-Governamental</p>
<p>Logo após, explanou-se que, conforme o Regimento Interno do CMDCA, as Câmaras Setoriais ou Comissões temáticas, devem ter composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil; As Câmaras Setoriais serão compostas de um presidente, um relator e mais dois membros, tendo as funções de elaborar estudos, emitir pareceres e propor políticas específicas no âmbito de sua competência, submetendo suas conclusões à apreciação e deliberação da Plenária do Conselho. Acrescentou-se que o presidente e o relator das Câmaras Setoriais serão escolhidos internamente pelos respectivos membros. Para a formação das comissões temáticas, conforme definido no regimento: Comissões compostas por 4 integrantes (2 governamentais, 2 não governamentais). Foram eleitos os membros das seguintes comissões: Comissão de Análise Documental, Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, Comissão de Gerenciamento FMDCA, Comissão das Medidas Socio Educativas e Comissão das Políticas Básicas e Garantias de Direitos. As reuniões das comissões em geral ocorrem on line, e a secretaria executiva acompanha para realizar a memória de reunião. A Conselheira Amanda, sugeriu a criação de um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp da mesa diretora, com presidente, vice-presidente e secretaria executiva, para envio de atas do conselho, assim como para cada comissão.</p>	<p>Item 5 – Câmaras Setoriais/Comissões Temáticas</p>
<p>A seguir, explanou-se sobre as principais funções da Comissão de Análise Documental, Legislação e Normas: Proceder a estudos, análises e pareceres quanto à documentação de organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, de acordo com as normativas vigentes; Realizar a proposição de minutas para resoluções, recomendações e projetos de lei na área da infância e adolescência; Manter atualizados os documentos que regem o CMDCA conforme as orientações nacionais e estaduais da política da criança e do adolescente, levando em consideração os aspectos da realidade local. Logo após, procedeu-se à escolha dos membros para tal Comissão, conforme segue: representantes não governamentais Josiany Silva Fernandes e Patrícia C. Costa, representantes governamentais Josiane Gomes Garcia Ferreira e Altair dos Santos.</p>	<p>Item 6 - Comissão de Análise Documental, Legislação e Normas</p>
<p>Continuamente, tratou-se sobre a Comissão Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização à qual compete: Divulgar o CMDCA e sua atuação política de atendimento à criança e ao adolescente, bem como as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de canais de comunicação; Esclarecer a população acerca do papel do Conselho Tutelar e demais órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente com atuação no município; Divulgar, no âmbito interno e externo ao Conselho as alterações legislativas e matérias relativas à temática da criança e do adolescente; Desenvolver, em especial junto à comunidade escolar e mídia local, campanhas de mobilização e conscientização acerca dos direitos e deveres de crianças, adolescentes, pais ou responsáveis e comunidade em geral. Seguidamente passou-se para sua composição, que ficou da seguinte forma: representantes não governamentais Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro Lovato e os representantes governamentais Sonia Maria Gonçalves Kudlawiec e Josiane Gomes Garcia Ferreira.</p>	<p>Item 7 – Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização</p>
<p>Prosseguindo, abordou-se a respeito das demandas pertinentes à Comissão Permanente de Orçamento e Gerenciamento do FMDCA: Propor política de captação e aplicação dos recursos do Fundo; Analisar e emitir parecer aos processos de solicitação de recursos encaminhados ao CMDCA, de acordo com a política estabelecida; Propor formas e meios de captação de recursos através de campanhas de incentivo às doações para pessoas físicas ou jurídicas de acordo com a legislação vigente; Manter o Conselho informado sobre a situação orçamentária e financeira do Fundo; Elaborar o Plano de Ação e Aplicação dos recursos captados pelo Fundo, de acordo com o Plano de Ação e com a política de atendimento, estabelecidas pelo CMDCA; Acompanhar o processo de elaboração, discussão e execução das Leis Orçamentárias Municipais (Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) pelos Poderes Executivo e Legislativo locais; Apresentar ao CMDCA propostas de alteração e/ou adequação das Leis orçamentárias respectivas. Conforme disponibilidade dos conselheiros, a composição da supracitada Comissão passa a ser: representantes governamentais Karina Alves da Silva e Deise Malinoski Andrade; representantes não governamentais Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva.</p>	<p>Item 8 - Comissão de Orçamento e Gerenciamento FMDCA</p>
<p>Seguidamente, tratou-se da Comissão de Acompanhamento do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que tem como competências: Acompanhar a execução das metas e objetivos do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto; Apoiar e monitorar o trabalho intersetorial com adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto. Tal Comissão, conforme manifestação dos presentes ficou com a seguinte composição: representantes governamentais Deise Malinoski Andrade e Elisângela da Costa Barbosa de Lima; representantes não governamentais Joziany Silva Fernandes e Ana Heloisa Baratto Milleo.</p>	<p>Item 9 - Comissão de acompanhamento das Medidas Socio Educativas</p>
<p>Dando prosseguimento, foi abordado sobre a Comissão Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos, que tem entre suas atribuições: Elaborar, encaminhar e acompanhar anteprojetos de lei relativos à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município; Elaborar pesquisas, estudos e</p>	<p>Item 10 – Comissão das Políticas Básicas e Garantias de Direitos</p>

<p>pareceres em colaboração com outras Comissões, para identificação dos focos sociais que demandam ação do Conselho e submetê-los à apreciação da Plenária; Acompanhar as ações governamentais e não governamentais que se destinam à promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal; Encaminhar e acompanhar junto aos órgãos competentes denúncias de todas as formas de negligência, discriminação, exclusão, exploração, omissão e qualquer tipo de violência contra criança e adolescente para execução das medidas necessárias. Passou-se para a composição da referida Comissão, que conforme manifestação dos presentes ficou com a seguinte configuração: representantes governamentais Jeanine Luzia Ferreira de Paula e Carmem Eliza Lindbeck; representantes não governamentais Joziany Silva Fernandes.</p>	
<p>Em continuidade, foram eleitos por unanimidade, os representantes não governamentais do CMDCA para compor o Conselho Municipal da Educação, sendo Amanda Ataie Lovato na condição de titular e Daniel Havro da Silva como suplente.</p>	<p>Item 11 - Composição Conselheiros representantes do CMDCA -</p> <p>Conselho Municipal da Educação</p>
<p>Dando sequência as pautas, com base no calendário aprovado pela resolução 028/2024 do CMDCA, as reuniões ordinárias ocorrerão presencialmente, na segunda/terça feira do mês. As reuniões extraordinárias, podem ser realizadas virtualmente, avaliando-se a necessidade de reunião presencial. O conselheiro Daniel propôs alterar o local das reuniões para Centro da Juventude Alice Bittencourt Basso, localizado na Rua Vereador José Jarek, 65, Jd. Cecília, com suporte administrativo executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A proposta foi aprovada, por unanimidade, sem ressalvas. O Presidente Daniel informa aos novos conselheiros para solicitarem materiais e pautas antecipadamente à secretaria executiva.</p>	<p>Item 12 – Formato de reuniões do CMDCA</p>
<p>Em seguida, foi apresentado o Ofício nº 12/2025 da Fundação Solidariedade, CNPJ nº. 81.652.513/0001-89, solicitando alterações no Termo de Fomento firmado com a Prefeitura de Campo Magro, com aditivo de valor para inclusão de recursos recebidos através de destinação dirigida em Dezembro de 2024 e a alteração do Plano de Aplicação, para inclusão dos recursos recebidos através de destinação e dilação de prazo de execução, de 31/10/2025 para 31/12/2025. O detalhamento financeiro aponta o 10º Aditivo de recursos num montante de R\$850.050,00 (oitocentos e cinquenta mil e cinquenta reais). Desta forma, o Termo de Fomento 001/2022, que apresenta atualmente Plano de Aplicação no valor de R\$5.343.402,45 (cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e cinco centavos), com o aditivo solicitado passará a totalizar R\$6.193.452,45 (seis milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos). Logo após a conselheira Amanda, representante da organização da sociedade civil, se manifestou discorrendo sobre o Plano de Trabalho da Fundação Solidariedade e sua execução, assim como, os demais conselheiros fizeram suas ponderações. A conselheira Amanda informou as destinações trimestrais da Volvo para Fundação Solidariedade concentradas entre setembro e dezembro. Explica a tramitação para destinações de pessoas físicas e jurídicas, grandes empresas como Volvo e Itaú, que tem feito contribuições significativas ao FMDCA. Destaca a importância da transparência para as próximas destinações, de modo a dar segurança para a empresa doadora. Pontua sobre a boa parceria estabelecida com essas empresas nos últimos anos. Continua informando que a Volvo destinou R\$200 mil para construção do Centro da Juventude, somados a outros R\$200 mil destinados pelo CMDCA a partir do FMDCA, e contrapartida da prefeitura, no entanto o projeto foi executado diferente da intenção inicial, sendo este um exemplo de situação que prejudicou a relação com a empresa incentivadora. Passou-se então para deliberação da plenária, que aprovou a solicitação de aditivo.</p>	<p>Item 13 – Ofício 12/ 2025 Fundação Solidariedade - Alterações no Termo de Fomento 001/2022</p>
<p>Considerando o documento recebido da Associação Terapêutica Paradesportiva Equocavalária, solicitando aditivo do Termo de Fomento nº 02/2022, celebrado junto à Prefeitura Municipal; A atual gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, pediu análise da referida solicitação pelos conselheiros, identificando necessidade de avaliação profunda para acompanhamento de crianças em serviço terapêutico e solicita informações de acompanhamento do aproveitamento dos atendimentos realizados pela Associação Terapêutica Paradesportiva Equocavalária. Seguidamente, a conselheira Amanda informa que a origem desta demanda se deu em um momento no qual não existia outro serviço terapêutico com estas características direcionado a crianças com deficiência e desenvolvimento neuromotor atípico, apenas a Equoterapia. Os conselheiros pontuaram sobre a importância na oferta de serviços de assistência social e saúde à população usuária das políticas públicas. Os conselheiros trouxeram propostas de otimizar vagas terapêuticas, considerando diferentes necessidades das crianças. O Presidente Daniel discorre sobre a possibilidade de abertura de chamamento para instituições se credenciarem no atendimento a pessoas com deficiência. A Conselheira Amanda prossegue sugerindo que na reunião de março, se apresente a intenção ou não de continuidade do serviço. A conselheira Jeanine e Josiane propõe manter serviço ativo por seis meses para estruturar novos contratos. A conselheira Amanda explicou que as Secretarias devem solicitar à instituição executora que atualize o plano de trabalho com vigência de seis meses se a decisão for essa. Abre-se a possibilidade para análise e aprovação em reunião extraordinária caso se verifique que não há tempo hábil para a tramitação do eventual aditivo se for necessária deliberação em reunião ordinária. Houve consenso pelos conselheiros de que seria desejável manter serviço até junho para elaborar parecer definitivo, cabendo às secretarias envolvidas alinhar o encaminhamento do aditivo e eventual ajuste no plano de trabalho diretamente com a organização executora. A conselheira Josiane informou que a equipe de saúde do município avalia sobre a efetividade do serviço, solicitando devolutivas dos acompanhamentos terapêuticos, e salienta necessidade de avaliação profunda dos atendidos pelo serviço, a fim de vislumbrar avanços e diminuir a fila de espera de pacientes para acesso a atendimentos terapêuticos.</p>	<p>Item 14 – Análise da Prorrogação do Termo de Fomento nº 02/2022, da Associação Terapêutica e Paradesportiva Equocavalária</p>
<p>Logo após, realizou-se a leitura da Ata de Reunião Ordinária nº 19/2024, Reunião Ordinária nº 20/2024 e Reunião Ordinária nº 21/2024 do CMDCA, para aprovação e considerações dos conselheiros. As três atas foram aprovadas por unanimidade, sem ressalvas.</p>	<p>Item 15 – Aprovação das Atas 19,20 e 21/2024</p>
<p>A Vereadora Joselaine, verbalizou que tem realizado junto à Prefeitura Municipal, um levantamento dos serviços terapêuticos que estão sendo ofertados para a população de Campo Magro, e lembrou ser uma das propostas do atual governo municipal, buscar o fortalecimento do terceiro setor e maior qualidade dos serviços terapêuticos a serem ofertados em Campo Magro, de modo a torná-lo mais independente e acessível à população.</p>	<p>Item 16 - Assuntos Gerais</p>
<p>Após o exposto, eu, Juliane Cristina Fogaça, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.</p>	
<p>JULIANE C FOGAÇA</p> <p>Secretária Executiva</p>	<p>DANIEL HAVRO DA SILVA</p> <p>Presidente do CMDCA</p>

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:F0CC4DF6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27/02/2025. Edição 3225
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>